

Governo de Minas discute gestão financeira e regionalização das ações de saneamento do Novo Acordo de Mariana

Seg 28 abril

O [Governo de Minas](#) participou, em 25/4, da terceira reunião do Comitê Orientador de Saneamento de Minas Gerais para discutir questões relacionadas ao saneamento previstas no Novo Acordo de Mariana. O encontro foi realizado na sede do [Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais \(BDMG\)](#).

Compõem o Comitê a [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad-MG\)](#), a [Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias \(Seinfra-MG\)](#), e, pelo Governo Federal, a Casa Civil e o Ministério das Cidades.

A [Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão \(Seplag-MG\)](#) participou da reunião por meio do Comitê Pró-Rio Doce, que é responsável por garantir a execução dos projetos previstos no Novo Acordo de Mariana, acompanhar as ações das secretarias envolvidas e fiscalizar o contrato de gestão financeira.

A [Secretaria de Estado de Fazenda \(SEF-MG\)](#), o BDMG e a [Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais \(Codemge\)](#) também estiveram presentes.

“As reuniões do Comitê Orientador de Saneamento são fundamentais para alinhar estratégias e garantir que os recursos destinados ao saneamento básico sejam aplicados de forma eficaz. Esse debate é essencial para atender às necessidades dos municípios atingidos e definir estratégias importantes para conseguirmos executar um projeto de tamanha importância, que envolve vários entes públicos”, afirmou a subsecretária de Inovação e Gestão Estratégica da Seplag-MG, Gabriela Brandão.

Saneamento

O encontro abordou propostas relacionadas à gestão financeira dos recursos do Novo Acordo de Mariana previstos no Anexo 09 – Saneamento, a priorização dos componentes de saneamento (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, gestão de resíduos sólidos e macrodrenagem) para os municípios da Bacia do Rio Doce, e a proposta de regionalização elaborada pelo Governo de Minas.

O Anexo 09 destinou R\$ 11 bilhões para ações de saneamento, dos quais R\$ 7,54 bilhões serão aplicados em municípios mineiros da Bacia do Rio Doce.

Esses recursos têm o objetivo de apoiar o cumprimento das metas de universalização dos serviços de saneamento básico estabelecidas pela Lei nº 11.445/2007, que prevê 99% da população atendida com sistema de abastecimento de água e 90% com coleta e tratamento de esgoto.

Além disso, o acordo orienta a priorização de projetos de concessão e Parcerias Público-Privadas (PPPs), com o objetivo de otimizar o uso dos recursos e ampliar o alcance dos investimentos em saneamento.

A governança dos recursos do Anexo 09 destinados a Minas Gerais é exercida pelo Comitê Orientador de Saneamento de Minas Gerais, criado a partir da assinatura do novo acordo. As reuniões do comitê tiveram início em março deste ano e ocorrerão periodicamente, contando com o suporte técnico da Codemge e do BDMG.

Segundo a subsecretária Gabriela Brandão, a expectativa é que, a partir das definições em construção no comitê, os municípios recebam propostas estruturadas que facilitem a execução dos projetos de saneamento e contribuam para o fortalecimento da infraestrutura básica da região impactada.

O acordo foi assinado em outubro de 2024 pela União, pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, pelas Defensorias Públicas e Ministérios Públicos dos dois estados, pela Defensoria Pública da União, pelo Ministério Público Federal e pelas empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda.

O rompimento da Barragem de Fundão, em novembro de 2015, causou a morte de 19 pessoas e danos econômicos e ambientais de grandes proporções.